



Percurso insólito: da infância pobre e preta ao curso de direito e medicina

An unusual route: from a poor and black childhood to the Law and Medicine courses

Andrea Abreu Astigarraga
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

Resumo

Neste artigo, o objetivo é descrever e analisar uma autobiografia sobre o percurso insólito de um menino pobre que passou fome na infância, órfão de mãe, criado pela avó materna, que sofreu discriminação no ensino médio por ser preto, e, mesmo diante dessas dificuldades, ingressou na universidade sem políticas de ações afirmativas – cotas sociais e raciais – permaneceu e concluiu ao curso de Direito. Atualmente, ele está iniciando o curso de Medicina. *Palavras chave:* autobiografia; percurso insólito; ações afirmativas; família resiliente.

Abstract

The aim of this article is to describe and analyze the unusual route registered in the autobiography of a poor black boy who became an orphan, starved and was raised by his grandmother. Although he was discriminated in high school for being black, he went to college without any affirmative action resources – social and racial quotas – undergraduated in Law and currently studies Medicine. *Keywords:* Autobiography. Unusual route. Affirmative actions. Resilient family

Introdução

Neste artigo, o objetivo é descrever e analisar uma autobiografia sobre o percurso insólito de um menino pobre que passou fome na infância, órfão de mãe, criado pela avó materna, que sofreu discriminação no ensino médio por ser preto, e, mesmo diante dessas dificuldades, ingressou na universidade sem políticas de ações afirmativas – cotas sociais e raciais – permaneceu e concluiu ao curso de Direito. Atualmente, ele está iniciando o curso de Medicina.

O maior desafio do Movimento Negro no Brasil é eliminar o preconceito e a discriminação racial. Essa luta não vem de hoje. A história da educação dos negros no Brasil é marcada por desigualdades e exclusões vividas pelas populações não brancas, considerando que, por mais de dois séculos, os africanos escravizados não tiveram acesso à educação formal (SILVA; AQUINO, 2016, p. 189).

A Lei de Cotas foi criada no Brasil em 2012. São ações afirmativas que têm como principal função a reparação de desigualdades econômicas, sociais e educacionais no Brasil. Segundo dados do IBGE de 2015, somente 12%

da população preta e 13% da parda possuem Ensino Superior. Tais reparações são efetuadas por meio de Correspondencia: astigarragaandrea@yahoo.com políticas públicas ou privadas retributivas. No caso das cotas raciais nas universidades, é feita a reserva de vagas para o ingresso de cidadãos pretos, pardos e indígenas. Em uma sociedade que historicamente privilegia um grupo racial e onde outros foram oprimidos, as cotas surgem como um importante meio de atuação contra a desigualdade social e a favor da democracia e da cidadania. Hoje, no Brasil, todas as universidades federais e 30 das 38 estaduais aderem à adoção das cotas raciais (www.ceert.org.br). A universidade pública estadual que envolve o contexto da pesquisa não aderiu ao sistema de cotas raciais. Portanto, como identificar em seu corpo discente, alunos com percursos de vida que demonstrem transições e desenvolvimentos ao longo das suas vidas com traços de racismo?

Resiliência pessoal e familiar

Destacamos a resiliência como fator subjetivo importante no processo de desenvolvimento humano. É um conceito originário da física, ciência na qual este constructo é definido como a capacidade de um material absorver energia sem sofrer deformação plástica. “Em psicologia este conceito está superado, pois uma pessoa não pode absorver um evento estressor e voltar à forma anterior. Ela aprende, cresce, desenvolve e amadurece” (POLETTI; KOLLER, 2008, 408).

A resiliência tem sido diversamente utilizada na literatura sobre família. Ela é definida de maneira similar à encontrada na literatura em que o foco é a pessoa, baseando-se em critérios como adaptação, risco e proteção. No entanto, o seu nível de análise é diferente, uma vez que a resiliência em famílias envolve a habilidade do sistema familiar como um todo. Neste sentido, o conceito de adaptação neste nível refere-se à habilidade da família para enfrentar as transições normativas e não-normativas do seu ciclo de vida, produzindo processos proximais entre seus membros que gerem competência, e não disfunção. Entre os processos que geram competência, pode-se citar a utilização de indução de disciplina durante a socialização dos filhos. Entre os processos que geram disfunção, pode-se

mencionar a presença de abuso e maus tratos na relação entre pais e filhos” (CECCONELLO, 2003, 26).

Um conceito complementar à resiliência é a pessoa e os momentos-charneira. Segundo Josso (2004), pessoas e momentos-charneira são transformadores na história de vida de uma pessoa. São aqueles que rompem com o ciclo vivido até então, em que não podemos voltar atrás, marcando um período de ruptura e transformação na vida. Como identificar fatores resilientes em pessoas e grupos familiares? Como reconhecer vivências de pobreza e preconceito racial e suas formas de superação?

Metodologia

De acordo com Passeggi (2011), o principal objeto de estudo da pesquisa (auto) biográfica é o fato biográfico e o trabalho de biografização (p. 19). O fato biográfico é o vivido, o percebido, o narrado. A biografização consiste na formalização do vivido, através da “[...] ação de grafar a narrativa de sua própria história de vida (autobiografar) e-ou a história de vida de outrem (biografia)” (Ibid. p. 20). Delory-Momberger (2014, p. 316) chama a atenção para o fato de que —a vida narrada, não é a vida e que as histórias de vida não preexistem às narrativas, pois há necessidade de um trabalho de elaboração e de interpretação, feito por um pesquisador em colaboração com o narrador. Nessa relação de interação e coprodução, a história de vida instala um movimento dinâmico, “entre – dois” (grifo da autora) numa “dupla relação de completude”.

Essa ação política-formativa de relatar a si mesmo, foi explicada por Butler (2015): “Quando o eu busca fazer um relato de si mesmo, pode começar consigo, mas descobrirá que esse si mesmo já está implicado numa temporalidade social que excede suas próprias capacidades de narração; na verdade, quando o eu busca fazer um relato de si mesmo sem deixar de incluir as condições de seu próprio surgimento, deve, por necessidade, tornar-se um teórico social” (p. 18). Assim também entende Elias (1994), ou seja: “A relação da pluralidade de pessoas com a pessoa singular” (p.07), pois, “[...] os seres humanos individuais ligam-se uns aos outros numa pluralidade, isto é, numa sociedade” (p.08), e a “[...] relação da identidade-eu com a identidade-nós do indivíduo não se estabelece de uma vez por todas, mas está sujeita a transformações específicas” (p.09).

Nos procedimentos metodológicos, realizamos a entrevista, transcrevemos, categorizamos e analisamos os dados de acordo com o referencial teórico adotado.

Perfil, valores familiares, vivências na infância e adolescência

O pai de D. conheceu a sua mãe, mineira, em Brasília. Eles casaram e depois de dois anos, D. nasceu. Quando nasceu, a mãe não teve condições de criá-lo, porque a família da mãe era mais carente do que a família do seu pai. A mãe logo o deixou nas mãos da sua avó paterna. Depois de três anos, a avó mudou-se para o Ceará e D. acompanhou. Mas, o seu pai ficou em Brasília e enviava recursos para que eles sobrevivessem por que a avó não tinha idade para trabalhar e o avó tinha abandonado o lar. A avó tinha muitos filhos para criar, além de D. – o neto.

A mãe biológica de D. morreu em Brasília, com doença de chagas. Quando ela morreu, D. morava no Ceará. “Foi um choque grande, na época, eu ainda era criança, mas senti a importância da presença da mãe biológica. Mas, depois na adolescência é que eu fui me dar conta dessa falta”. A partir dessa perda, D. passou a identificar-se ainda mais com seu pai e sua mãe-avó.

Eu tenho muito orgulho, apreço ao meu pai porque era ele que mantinha a gente, quando eu era pequeno. Ele trabalhava, tinha uma oficina. Meu pai não terminou o terceiro ano no período regular. Ele fez o vestibular para Filosofia passou e terminou o curso. Isso estimulou a gente, eu e minha irmã. Eu tenho quatro irmãos. Ele sempre estimulou todos nós. Em casa, eu me identifico muito mais com a minha mãe-avó. Esse ano ela completa 70 anos. Eu converso mais com ela e com o meu pai que vai completar 46 anos, esse ano, do que com meus irmãos.

D. descreve poucas lembranças de brincadeiras na infância. Ele brincava em casa, quando suas primas iam visitá-lo. Poucas vezes, ficava brincando na calçada. O ensinamento de sua mãe-avó era de que criança fica dentro de casa:

Algumas vezes a minha mãe-avó me pegava na rua, e com um cipó e ficava ameaçando: entra para casa, menino! E eu respondia: “se você soltar o cipó, eu entro. Ela fazia isso porque não queria me ver na rua. Hoje eu vejo que ela estava certa.

D. perdeu a mãe biológica quando tinha seis anos de idade e narra que sentiu muito sua falta na infância e adolescência. Sua mãe-avó não conseguia acompanhá-lo em seu ritmo de criança e adolescente. Mas, reconhece o valor dela em sua formação:

[...] eu via os meus colegas saírem com suas mães, e eu, com a minha mãe de criação, mas por causa da idade, ela não tinha muito pique de ir atrás, de acompanhar a vida escolar, religiosa, social, os relacionamentos. Mas, ela foi e continua sendo uma grande guerreira porque ela suportou muita humilhação e necessidades da sua família de origem.

A força de sua mãe-avó está desde a maneira como encarou as privações, tais como, a fome:

Muitas vezes, na minha infância e adolescência, faltou comida em casa. Tinha dias que não tinha mistura. A gente comia feijão cozido com água, e o jeito que tinha era comer feijão misturado com farinha e a gente inventava de comer feijão com farinha e açúcar. Quando não tinha comida à noite, a mãe-avó mandava a gente ir dormir porque assim passava a fome. De manhã, a gente acordava e ia comprar pão com o dinheiro que tinha. Eu lembro que quando eu estudava no Colégio, o padre me ajudava, eu acordava cedo com a mãe e ia comprar o pão. Sempre que eu voltava para casa eu já tinha comido os miolos dos pães, chegava em casa só com a casca dos

pães. Quando a mãe perguntava, eu ficava caladinho, na minha.

Essas diferenças sócio-econômicas refletiam na escola, entre seus colegas de sala. A merenda escolar era diferente. Enquanto os outros meninos compravam salgados e refrigerantes, D. comia ovos cozidos:

Os meus colegas comiam aqueles pastéis gigantes. Eles levavam um real para a escola, faziam uma festa, compravam um refrigerante grande, pastel, coxinha. Eu ficava com muita raiva, porque minha mãe-avó me levava dois ou três ovos cozidos. Eu comia aqueles ovos zangado, irado, porque via todos os outros que viviam melhor do que eu, que levavam um real para a escola e podiam comer melhor. Quando eu cresci, percebi o quanto a minha alimentação era mais saudável, mas naquela época eu não conseguia admitir a desigualdade social presente, bastante acentuado.

Provavelmente, esse sentimento de inferioridade influenciou seu comportamento agressivo na escola:

Uma vez eu quis jogar a cadeira na professora do Jardim I e ela ficou assustada comigo. Mas, essa atitude de D. foi frejada com os ensinamentos de sua mãe-avó, quando ela lhe disse: [...] essas pessoas, as professoras (es), depois de mim, são as pessoas que mais lhe querem bem, elas querem que você seja alguém na vida. Até hoje eu quero descobrir o que é ser alguém na vida, mas eu tenho certeza que é algo bom. Devo minha vida à minha mãe-avó.

D. analisa que: “[...] esses valores que vão sendo acrescidos, são os valores mais importantes, fazem amadurecer a ideia de que o importante é a preciosidade do ser humano”.

Lembranças escolares e vivência de discriminação racial

D. começou a sua vida escolar em uma instituição privada porque a avó trabalhava com uma família da alta sociedade. Então, ela tinha direito à matrícula de D. na escola chamada Colégio do Padre. Sobre o início da escolarização, D. narra que teve dificuldades para cobrir as letras. Lembra que continuou os estudos com o auxílio de um padrinho, que tinha posses e custeava as despesas, ajudava com os livros e o pagamento das mensalidades. Mas, quando ele não pode mais pagar, não teve mais condições, a família também não podia. Então, mudou para instituição pública - Escola Modelo, em Forquilha. Na oitava série, seu pai já tinha mudado de Brasília para o Ceará, mais ou menos em 2004-2005. Ele achou melhor que D. fosse estudar em Sobral.

D. fez a oitava série e o primeiro ano no Colégio Estadual. No primeiro ano conheceu uma professora universitária, orientadora de um projeto de iniciação Científica Junior, pela Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa - FUNCAP, sobre erradicação do trabalho infantil. Foi contemplado com uma bolsa de iniciação científica e pesquisou durante alguns meses com ela:

Foi muito bom. Foi o primeiro dinheiro que eu ganhei com o meu próprio suor. Eu fiquei encantado quando eu fui ao Caixa eletrônico do banco, retirei o dinheiro e ajudei a minha mãe.

No primeiro ano do ensino médio, uma professora de matemática do Colégio Estadual, madrastra da pessoa que, na época era coordenador de um Colégio particular, indicou D. ao coordenador e ele chamou para fazer um teste de seleção no colégio. D. passou na seleção para bolsista. Fez o segundo e o terceiro ano do ensino médio neste Colégio. No terceiro ano, D. tentou fazer vestibular para medicina, mas não foi aprovado. Foi aprovado no vestibular em Direito, na UVA. Por isso, ganhou bolsa para fazer cursinho preparatório para o vestibular em medicina. Foi neste momento que D. viveu uma experiência de discriminação racial.

No segundo ano do ensino médio, eu sentia que alguns professores tinham uma preferência [por alunos] que não era natural, porque você ter um apego maior por um aluno, às vezes, é normal pelo fato do aluno perguntar mais, se interessar mais. Só que um professor dava aula e se dirigia mais para um grupo de alunos, todas as vezes, como se a gente não estivesse ali, como se as nossas perguntas não tivessem tanta importância. Ele dizia: vou responder a pergunta desse grupo primeiro, se der tempo... não era prioridade, isso era constante. O tratamento escolar deve ser igual para todos os alunos. Duas colegas da mesma sala sentavam longe, não diziam que era por causa da minha cor, mas eu sentia. Dá para você perceber no olhar, nas palavras, quando aquela pessoa não quer amizade com você, ser for por causa da sua origem, da sua cor, toda a discriminação é discriminação. têm muita gente que discrimina, tem outros olhares, outras maneiras.

Nessa situação, verifica-se o hiato entre as dificuldades enfrentadas em sala de aula, sozinho, e o desconhecimento do grupo gestor para tomar uma providência pedagógica para evitar a discriminação e o preconceito no interior da escola e da sala de aula.

Eu nunca procurei ninguém na escola para falar sobre isso. Por que aquela frase que diz: o que vem de baixo não me atinge. eu tomei posse dessa frase. O meu objetivo não era ser elogiado, ser amigo de todo mundo... não me batendo, não me maltratando, tá bom demais! O que a gente quer é aprender. Eu mergulhava nas tarefas da sala. Eu sempre voltava para a sala de aula com a mesma postura, não mudava meu comportamento.

Atualmente, como acadêmico do curso de Direito, D. analisa que: “Hoje, a Constituição define como direitos humanos a igualdade de gênero, raça, mas você ainda vê pessoas discriminando”.

Vivências universitárias: disciplinas, monitorias, estágios, amizades, cotas.

D. narra que sempre teve desejo em fazer vestibular para medicina. Mas, como não foi aprovado, fez vestibular para o curso de Direito. Mesmo assim, seu sonho em fazer medicina continuou, mesmo cursando Direito. Então, iniciou os estudos sem muito interesse. Mas, aos poucos, foi adquirindo gosto, principalmente pelas disciplinas aq partir do terceiro período e, especialmente, as do final do curso. Também as vivências acadêmicas, tais como, monitorias, estágios, participação em eventos e práticas acadêmicas interdisciplinares e interculturais, estimularam o prazer em aprender. É muito interessante a monitoria.

Eu tive a oportunidade de fazer com a professora O. São interessantes os trabalhos científicos que você é instigado a fazer. Apresentei trabalhos na Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Isso inova o conhecimento. Eu fiz algumas cadeiras na filosofia, influenciado pelo meu pai, e vendo a matriz curricular da filosofia, vi a disciplina de sociologia contemporânea, fiz a matrícula, gostei bastante. É importante essa interdisciplinaridade, por exemplo, eu já fiz estágio com um advogado da área trabalhista, na área civil isso também acontece muito, mas eu via ele funcionando como psicólogo do cliente. Tem situações que o advogado funciona como um filósofo, a lei diz isso, você vai acalmando o cliente, isso é possível quando você faz uso da interdisciplinaridade e da interculturalidade.

Em relação à convivência com seus colegas de curso, as relações de amizade e coleguismo, D. analisa que manteve sua postura do mesmo modo como agia com os colegas da escola básica:

Depois que eu entrei na UVA, não mudou o meu jeito de me relacionar com os colegas, os professores, os coordenadores, E por conta desse meu silêncio, eu fiz poucas amizades, em relação às pessoas da sala de aula. Amizade que eu digo é de ir atrás, de tomar conselhos, de telefonar, de mandar recado. Fiz muito pouco isso, tanto nas escolas quanto na UVA.

D. justifica esse comportamento alegando que sua prioridade não são as amizades, mas os estudos, o aproveitamento acadêmico.

Eu nunca fui muito de conversar, eu sempre fui muito recatado nas aulas, principalmente em aulas com explicações. Fico prestando atenção na disciplina, porque o meu interesse é maior pela aquisição do conhecimento. É lógico que eu não posso me isolar, ser um eremita, ser anti-social.

Quando descreve o perfil dos alunos do curso de Direito da UVA, D. identifica dois tipos: filhos de pessoas abastadas e filhos de pessoas não abastadas. Ele se identifica com esse segundo perfil. Mesmo sem expressar claramente, podemos questionar se essa divisão

influenciou a sua dificuldade de fazer amigos na universidade.

Boa parte dos alunos do direito não tem o mesmo perfil. Boa parte teria condições de pagar uma faculdade. É mérito deles ter passado no vestibular. E eles têm o direito de estar aqui. A UVA é uma universidade pública, boa parte são filhos de pessoas abastadas, vivem muito bem. Mas, têm outros alunos com as quais eu me identifico, colegas de classe [trabalhadora], que têm o mesmo perfil.

D. nos disse que a matriz curricular do curso de Direito da UVA contempla a disciplina de Antropologia Geral e Jurídica, onde ele afirma terem “tratado um pouco do assunto sobre questões étnico-raciais”. Além disso, ele fez uma disciplina no curso de Filosofia sobre Sociologia Contemporânea.

Eu acho que a cota social, a curto prazo, você insere as pessoas que historicamente foram desfavorecidas a uma classe mais elevada, tira do mundo da pobreza e leva para a classe média. Enquanto existirem pessoas na miséria, eu concordo. Eu não concordo com a filosofia de Aristóteles sobre igualdade: dê a cada um o que é seu. Mas, dar a cada um o que é seu não quer dizer dar oportunidade igual para todos. O que seria de um mendigo? O que seria meu há 10, 15 anos, na minha fase de infância à adolescência? Comer três ovos cozidos por dia? Isso é uma crítica a Aristóteles e ao sistema educacional do Brasil.

Sobre as políticas de acesso, permanência e conclusão ao ensino superior, especificamente, as Ações Afirmativas, através das cotas sociais e raciais, D. expressa que:

No vestibular para direito na UVA, você faz uma prova específica sobre português e história. Não tem nada que facilite o ingresso ao curso de direito. Só o que dificulte. Quando eu fiz vestibular para o direito, a concorrência era 26 para uma vaga. Foi um dos vestibulares mais concorridos. E muita gente que tem afinidade com o direito, não conseguiu entrar e talvez nunca vá entrar por causa dessa concorrência e porque não tenha nada que facilite, pelo menos que eu conheça.

Conclusão

Portanto, a pesquisa autobiográfica no ensino superior proporciona uma possibilidade de escuta do corpo discente, seus percursos invisíveis e vivências. Indica ao grupo gestor a necessidade de conhecer melhor os discentes em seus percursos pessoais e familiares, para proporcionar processos de inclusão, no acesso, permanência e conclusão dos cursos. Na ausência de políticas de ação afirmativa – cotas sociais e raciais – parte da população preta e negra apoia-se na resiliência pessoal e familiar para superar as dificuldades, tais como, fome na infância e discriminação racial na escola. O

aluno autobiografado relata vivência de poucos amigos no ambiente escolar e universitário. Mas, por outro lado, uma família com histórico inicial de desajuste, que, ao mesmo tempo, tem na figura da mãe-avó uma pessoa charneira que estimulou sempre aos valores positivos e o pai que impulsionou seu gosto pelos estudos. Na universidade, a competência dos docentes e as ofertas de estágio, monitorias e ações pedagógicas interdisciplinares e interculturais fortaleceram a valorização pelos estudos iniciado pela família. De um menino pobre e preto discriminado, D. se transformou em um jovem advogado, iniciando o curso de medicina – seu grande sonho.

Referencias

- Butler, Judith. Relatar a si mesmo: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- Delory-Momberger, Cristine. Biografia e educação: figuras do indivíduo-projeto. 2.ed. Natal, RN: Edufrn, 2014. (Coleção Pesquisa (auto) biográfica e Educação).
- Elias, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- Josso, Marie-Christine. Experiências de vida e formação. Lisboa: Educa, 2004.
- Passeggi, M. C. a pesquisa (auto) biográfica em educação: princípios epistemológicos, eixos e direcionamentos da investigação científica. In: Vasconcelos, M. F. C; Atem, E. Alteridade: o outro como problema. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011. 280 p.
- Poletto; Koller. Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e proteção. Campinas: Estudos de psicologia. julho-set., 2008. 23[3]. P. 405-416.
- Silva, J. R; Aquino, L. C. Movimento Negro no Brasil, Educação para as relações étnico-raciais e a lei 10.639-2003: um olhar sobre uma escola municipal de Bananeiras-PB. In: Figueiredo, J. B. A; Veras, C.I.M; Lins, L. T. (Orgs.). Educação popular e movimentos sociais: experiências e desafios. Fortaleza: Gráfica e Editora Imprece, 2016.